

Proposta Institucional de Ensino
Acessível para educandos com

deficiência visual

Autores: Antonia Diniz | Cesar Gomes de Freitas



Proposta Institucional de Ensino Acessível para educandos com deficiência visual

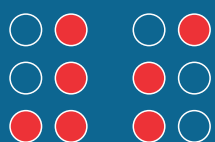
Autores: Antonia Diniz | Cesar Gomes de Freitas

De acordo com Rizzatti et al (2020)), é necessário que os produtos educacionais se enquadrem nas condições estabelecidas pela CAPES a cada quadriênio, assim sendo, o presente produto educacional, trata-se de um material textual instrucional na espécie de proposta colaborativa com enfoque no ensino/aprendizagem dos educandos com deficiência visual. E conta com um recurso de multimídia podcast, cujo objetivo é dar suporte prático-reflexivo aos públicos-alvo a que se designa o referido recurso educacional.



https://drive.google.com/file/d/1W39JbS5pFRJG6r_Mi5oUSW5auKZtwWnG/view?usp=sharing





SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 APRESENTAÇÃO

3 CAPITULO I

3.1 DEFICIÊNCIA O QUE É?

3.2 CAPACITISMO O QUE É?

3.2.1 FORMAS DE CAPACITISMO

3.4 TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA DEFICIENTES VISUAIS

3.5 LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL E NACIONAL VOLTADA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO EDUCACIONAL

4 CAPITULO II

4.1 O PAPEL DA GESTÃO INSTITUCIONAL NO PROCESSO INCLUSIVO

4.2 MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA QUE HAJA INCLUSÃO NA PRÁTICA

5 CAPITULO III

METODOLOGIAS PARA PROFISSIONAIS DO NAPNE E PROFESSORES: REPENSANDO AS PRÁTICAS DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

PARTE I

5.1 DISCUSSÃO REFLEXIVA DIRECIONADA AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

PARTE II

5.2 INDICADORES DE INCLUSÃO EXEQUÍVEIS PELO NAPNE QUE CERTAMENTE AUXILIARÃO PRINCIPALMENTE OS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL



PARTE III



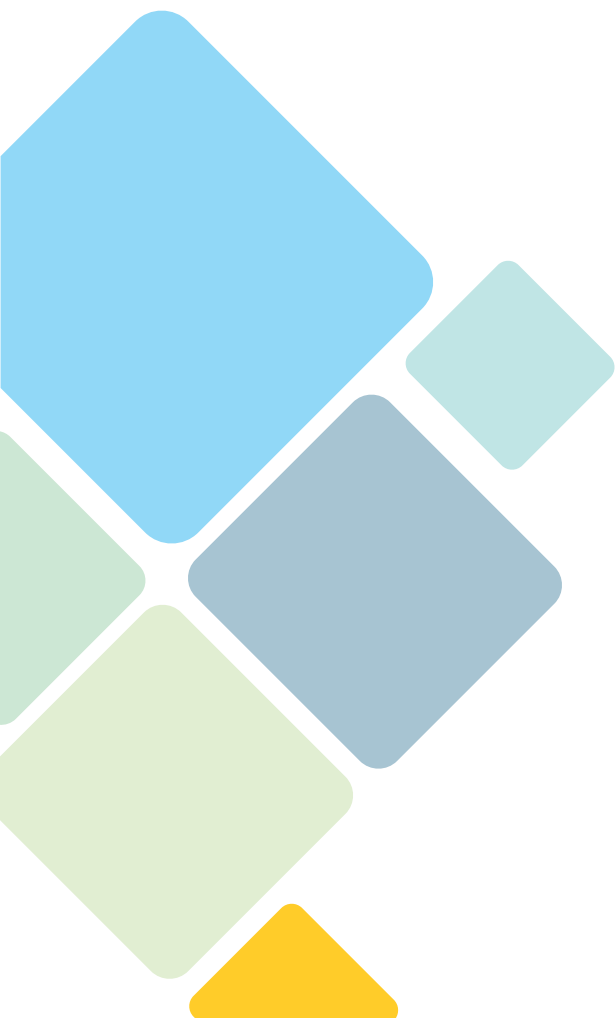
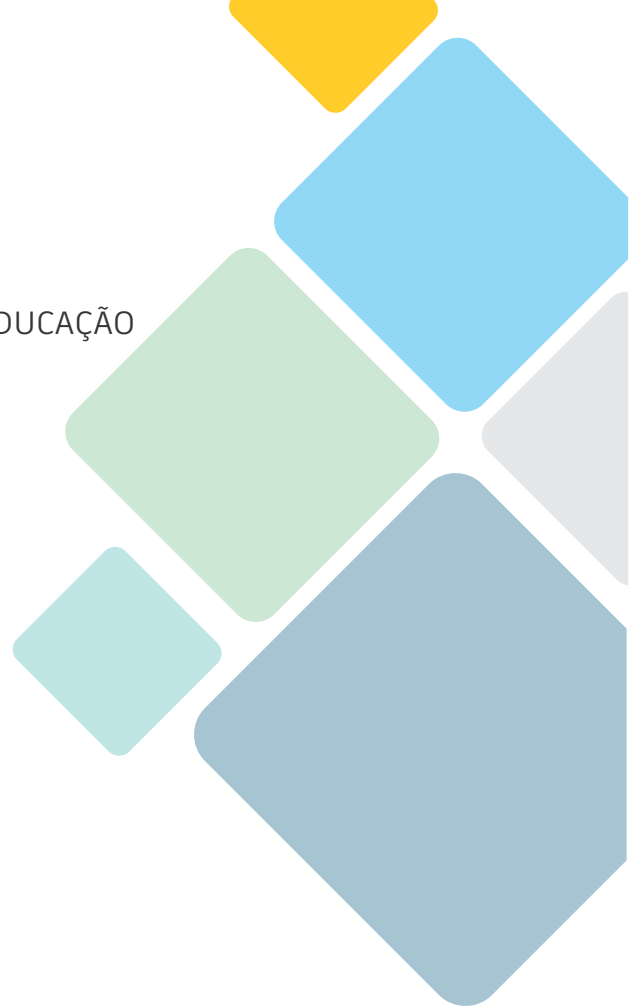
5.3 METODOLOGIAS INSTRUCIONAIS
PARA DOCENTES: INDICADORES PARA A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: CONSTRUINDO SABERES E
PRÁTICAS EDUCATIVAS ACESSÍVEIS



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS



7 REFERÊNCIAS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D585

Diniz, Antonia

Proposta institucional de ensino acessível para educandos com deficiência visual. / Antonia Diniz; Cesar Gomes de Freitas. – Rio Branco, 2021.

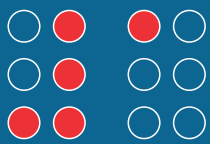
56 p.: il. (color.).

Inclui bibliografia: p. 53 – 55.

Produto educacional apresentado ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC. *Campus* Rio Branco, 2021.

1. Educação profissional. 2. Produto educacional. 3. Deficiência visual. I. Freitas, Cesar Gomes de. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. III. Título

CDD 371.9046



INTRODUÇÃO

O presente produto educacional é resultante da pesquisa de mestrado intitulada: A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE SOB MÚLTIPLOS OLHARES NUMA PERSPECTIVA COLABORATIVA, e tem por objetivo colaborar com o processo inclusivo das pessoas com deficiência, com ênfase na deficiência visual, posto que é um requisito obrigatório dos programas de pós graduação em educação profissional e tecnológica, além disso, fundamenta-se principalmente nas possibilidades de resoluções de problemas que dificultam ou impedem o desenvolvimento do ensino/aprendizagem.

Assim como a dissertação, guia-se à luz da Psicologia sócio-histórica de Vygotsky e teoria humanista de Paulo Freire, sendo o indivíduo com e sem deficiência constituinte e constituído a partir das relações sociais como as demais pessoas e sua condição humana não sendo minorada por conta da deficiência. Tais teorias suscitam ressignificações na sociedade, olhares de alteridade, perspectivas de um devir mais humanizado.

Durante a análise e discussão da referida pesquisa, constatou-se diversas dificuldades existentes no Instituto Federal do Acre no *Campus* Rio Branco local onde aconteceu a coleta de dados, no

que tange a inclusão dos educandos Pessoa com deficiência e deficiente visual (PcD/DV). Verificou-se que a problemática da inclusão está para além dos professores, assenta-se coletivamente, desde à gestão escolar até o núcleo de acessibilidade, acertando em cheio os educandos com deficiência.

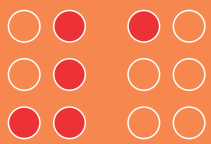
Sabemos que isso não ocorre de forma isolada, mas se faz presente na grande maioria das instituições de ensino brasileiras, e no intuito de contribuir para a redução das desigualdades no acesso e acessibilidade, a recursos e serviços primordiais como: a

tecnologia assistiva, ensino acessível, garantias legais, além de ações didático-pedagógicas cabíveis no sentido de reduzir as barreiras enfrentadas por esse estudantes, propomos um produto educacional.

O presente produto está organizado em três capítulos. O primeiro sobre os conceitos de deficiência, capacitismo e Tecnologia Assistiva para Deficientes Visuais e a legislação específica para as PcD no âmbito educacional. O segundo aborda sobre intervenções necessárias por parte da gestão do *Campus Rio Branco* para que haja inclusão na prática. O terceiro, apresenta metodologias de acompanhamento, ensino/aprendizagem dos educandos com deficiência visual ao NAPNE e professores. Por fim, dispõe de um *podcast* produzido pela autora em parceria com uma doutoranda professora da área da Educação Inclusiva, objetivando maior compreensão quanto a finalidade, usabilidade e replicação do produto.

Ancorou-se na abordagem qualitativa, no método dedutivo, objetivo aplicado, caráter exploratório conforme Gil (2008) e na tematização de Fontoura (2011) com vistas a alcançar os resultados esperados, buscando atingir um produto educacional que proporcione melhorias





APRESENTAÇÃO

2

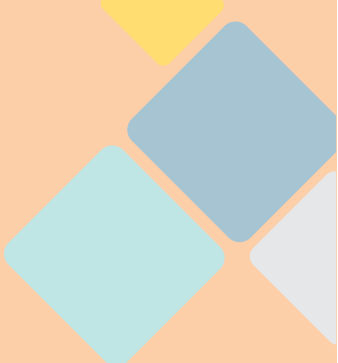


Produto Educacional

Produto Educacional

Produto Educacional


Produto Educacional



Como justificativa em propor um produto educacional direcionado a mais de um público-alvo consideramos os objetivos destes recursos trazidos por Pasqualli, Vieira e Castaman (2018 p. 11).

O produto final do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) deverá ter a característica de ser iniciado a partir de um fato ou ação inquietante, de um problema concreto da EPT, e não de uma questão teórica, que é o caminho adequado aos Mestrados Acadêmicos. Temas ou ações que preocupam a EPT devem ser considerados como origem do produto final e o princípio que o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) deverá considerar nos trabalhos finais dos mestrandos, cumprindo assim a característica que fundamenta um curso desta natureza com relação às suas finalidades de qualificação profissional, permitindo uma formação diferenciada de seus estudantes.

Refletindo acerca do sentido real de que tais programas de pós-graduação em EPT propõem a elaboração de recursos educacionais, os quais devem ser entendidos como propostas de resolução ou ao menos paliativas dos problemas existentes identificados durante a pesquisa, assim sendo, com o presente produto educacional, buscou-se trazer inovação por abranger vários públicos-alvo, por incluir a autora como sujeito reflexivo contribuindo para que o mesmo tenha aspecto autoexplicativo, posto que a maioria das proposições estão acompanhadas de relatos vivenciados por ela e reafirmados nos dados pesquisados e principalmente por discutir crítico-construtivamente a problemática da inclusão com ênfase na deficiência visual.




Na visão de Rizzatii et al (2020), a finalidade principal dos produtos educacionais é contribuir de modo efetivo para solucionar problemas reais encontrados no decorrer da pesquisa. A qual corrobora com Pasqualli, Vieira e Castaman (2018), ao compreenderem que tais produtos não devem ser afastados da realidade pesquisada, tendendo responder de forma técnica resoluções de problemas cotidianos, sem perder a interface com o desenvolvimento científico e contexto político conforme o excerto a seguir:

Esta dinâmica reafirma que a interlocução das pesquisas geradoras dos produtos educacionais, com a realidade da EPT é um desafio que se impõe como forma de avaliar e impactar direcionamentos políticos e práticos que possam favorecer o desenvolvimento da EPT, seja pela qualificação dos professores, seja pela capilaridade dos trabalhos desenvolvidos, cujo diálogo com a área é direta. Pasqualli, Vieira e Castaman (2018 p. 12).

Embora os achados da pesquisa originária deste produto educacional suscitem apontamentos de uma proposta inclusiva para a instituição como um todo, tal proposta colaborativa está diretamente ligada ao desenvolvimento do fazer pedagógico, tendo em vista que os professores não são autossuficientes a ponto de assumir sozinhos práticas educacionais como é o caso da inclusão dos educandos com deficiência/DV. Por isso é imprescindível que a instituição tome posição em eleger recursos, serviços e ações de colaboração mútua no sentido de construir uma escola para todos. Ferrari (2007) e Mantoan (2012).

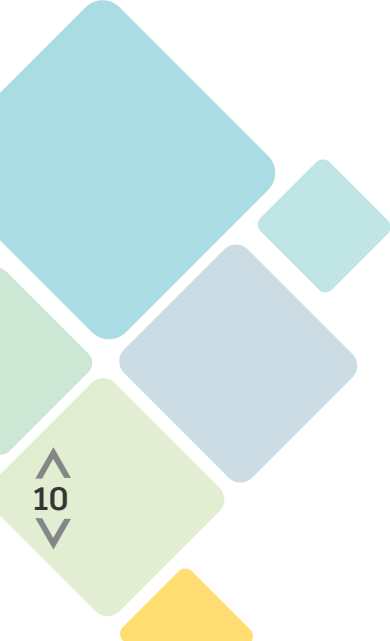
O primeiro capítulo faz uma retomada de subtemas discutidos durante a pesquisa, tidos como de grande relevância para o desenvolvimento do processo inclusivo institucional. Por isso discorreu-se acerca da deficiência com ênfase na deficiência visual, capacitismo, uma temática nova no Brasil em nomenclatura, porém antiga nas atitudes sofridas pelas pessoas com deficiência, Tecnologia Assistiva (T.A) para deficientes visuais, posto que a acessibilidade educacional compreende recursos e serviços de T.A e por fim,



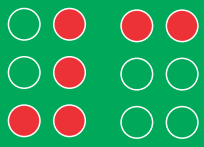
trata da legislação voltada para o âmbito educacional, a qual tem por finalidade garantir que os direitos das Pessoas com deficiência sejam efetivados.

O segundo capítulo apresenta indicadores de inclusão na prática, à gestão do IFAC/*Campus* Rio Branco, pois no transcurso da investigação a que se vincula este produto educacional verificou-se que as práticas educacionais existentes ocorrem de forma fragmentada por setores isolados e que não vêm sendo eficazes principalmente por que falta a tomada de posição institucional em assumir uma postura inclusiva, mesmo com as limitações financeiras e burocráticas, ainda assim, é possível atuar de forma efetiva.

No terceiro capítulo, numa perspectiva de colaboração mútua, demonstrou-se possibilidades metodológicas de acompanhamento e ensino/aprendizagem ao NAPNE e aos professores para lidarem com educandos PcD/DV, visto que os achados da pesquisa apontam para a falta de formação contínua de professores em atuarem com estes estudantes e o NAPNE não dispõe de equipe multiprofissional, além de uma série de equívocos frente a complexidade com que deve ser tratada a inclusão das pessoas com deficiência nos espaços educacionais, sendo necessário partir do específico para o geral numa ótica da coletividade, objetivando condições iguais por vias diferentes no campo das especificidades, conforme ensina Vygotsky (1988).



Por fim, disponibilizou-se um *podcast* elaborado pela pesquisadora em tela em parceria com uma professora da área da inclusão, com intuito de fortalecer os aspectos prático-reflexivos discutidos nesta proposta colaborativa, tendo em vista que a escrita acompanhada de ilustrações já denotam com clareza uma realidade contextualizada, para tornar isto, ainda mais entendível e exequível explicitou-se por meio do *podcast* as temáticas e proposições discutidas em cada capítulo.



3 CAPITULO I

3



3.1 Deficiência o que é?

Historicamente as pessoas com deficiência receberam diversas rotulações expressas por nomenclaturas na maioria dos casos, pejorativas, depreciantes e maldosas, como: inválidos, aleijados, incapacitados, anormais, excepcionais, desvalidos, coxos, ceguinhos (as) dentre outros adjetivos. Todavia, eram concebidas socialmente como algo comum e suas significações ao menos do ponto de vista social, estavam ligadas a cada civilização e cultura, assim afirma Sassaki (2003).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 adotou o conceito Portador de Deficiência, situação modificada com as discussões sociais acerca do conceito de deficiência definido na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (ONU 2007), sendo estabelecido o termo a ser atribuído à PcD: Pessoa com Deficiência, tendo em vista que antes da deficiência existe um ser humano que não deve ser reduzida a características inerentes a cada deficiência.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015 p. 01).

Destacou-se o conceito de **Deficiência Visual /DV**

Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL 2004).


Em 2019 o Projeto de Lei nº 1615, de 2019, aprovou a visão monocular como deficiência visual, garantindo a estas pessoas os mesmos direitos reservados às pessoas cegas e com baixa visão.

Do ponto de vista das funcionalidades educacionais a deficiência visual é baseada nas possibilidades de ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência visual, pois qualquer resquício visual pode contribuir para a elaboração de materiais didáticos e utilização de recursos pedagógicos adequados a fim de melhor atender as necessidades educacionais específicas do educando, visando ao máximo a aquisição do conhecimento conforme Biazetto (2008).

3.2 Capacitismo o que é?

De acordo com Ferreira Neto (2017, p. 03):

Capacitismo é uma forma de preconceito contra as pessoas com deficiência em que se julgam incapazes ou que tem a necessidade de serem tuteladas por uma incapacidade de conviver ou realizar atividades.



Embora a Lei Brasileira de Inclusão, não faça menção ao termo capacitismo, mesmo por que se trata de uma discussão recente no Brasil, deixa claro que características discriminatórias presentes nas ações capacitistas, configura-se discriminação contra a pessoa com deficiência como veremos a seguir:


Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. § 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015 p. 02).

O capacitismo oprime os corpos que não correspondem o padrão secular de corpo normatividade, causando restrições diversas em detrimento da deficiência, sendo um agente silencioso, e perverso, pois já é uma prática corriqueira e na maioria das vezes intencional, porém alicerçado pelo currículo oculto, o qual permite as trocas interacionais (relações sociais) no cotidiano escolar e nos ambientes de trabalho (Diniz, 2009), (Sacristán, 2010) e (Sousa e Farias, 2020).



3.2.1 Formas de Capacitismo

O capacitismo é uma forma de discriminação contra as pessoas com deficiência, posto que o senso comum, sinaliza para um conformismo social, as atitudes capacitistas, tendem a se efetivar sutilmente, numa roupagem multicores, lançadas na maioria das vezes de modo intencional e silencioso para não serem notadas, mas atômicas para serem sentidas.

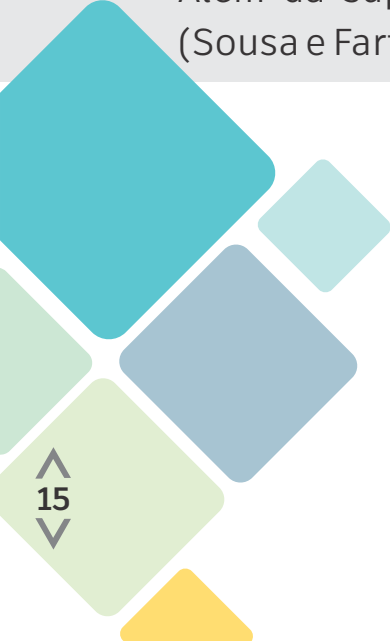


Nesta perspectiva, tal discriminação apresenta-se multifacetada, preservando sua principal característica que é sempre enxergar a deficiência antes da pessoa humana, ou seja, tudo gira em torno da deficiência e não do sujeito humano que foge ao padrão de corpo normatividade socialmente construído (Diniz, 2007).

O capacitismo se revela por diversos vieses como por exemplo quando uma PcD recebe elogios do tipo: você só tem esse “defeito”, mas é muito lindo (a); Aqui na empresa ela é mais ativa do que os funcionários “sadios”; Ela é melhor que as outras alunas imagina se enxergasse bem.

Registre-se que tais manifestações expressas acima, já foram direcionadas a autora deste produto educacional, portanto, o ato de se pensar e descrever o capacitismo por quem não o sofre e nem o pratica, é uma nobre iniciativa, entretanto, as pessoas que vivenciam na pele os malefícios desta prática criminosa socialmente banalizada como é também os casos do racismo, sexismo, etc. Conseguem compreender e ter propriedade em discorrer sobre, com conhecimento de causa.

Perceba que as demonstrações acima, ao passo que se elogia, também se deprecia, contudo, a sociedade em geral, bem como a maioria das PcD, já estão impregnadas dos discursos conformadores da realidade social, permitindo assim, tais práticas discriminatórias sem sequer questionar a razão de tanta violência gratuita. Há outras formas capacitistas de se tratar as PcD: rotulando-as de heróis, coitados, privilegiados pela deficiência, anjos, incapazes de desenvolverem sua sexualidade, maternidade, etc. Além da superproteção enfrentada principalmente no ambiente familiar (Sousa e Farias, 2020).



Na esteira de uma sociedade capacitista como a do Brasil, de cultura arraigada na “superioridade europeia”, capitalista, embalada pelo neoliberalismo. Tais fatores desfavorecem a desconstrução social de que as PcD são indivíduos de segunda categoria “menos humanos”, posto que se fundamenta em conceitos e ações seculares, não apresentam a busca pela resignificação social, mas cultivam a invisibilidade, silenciamento e conformação destas pessoas

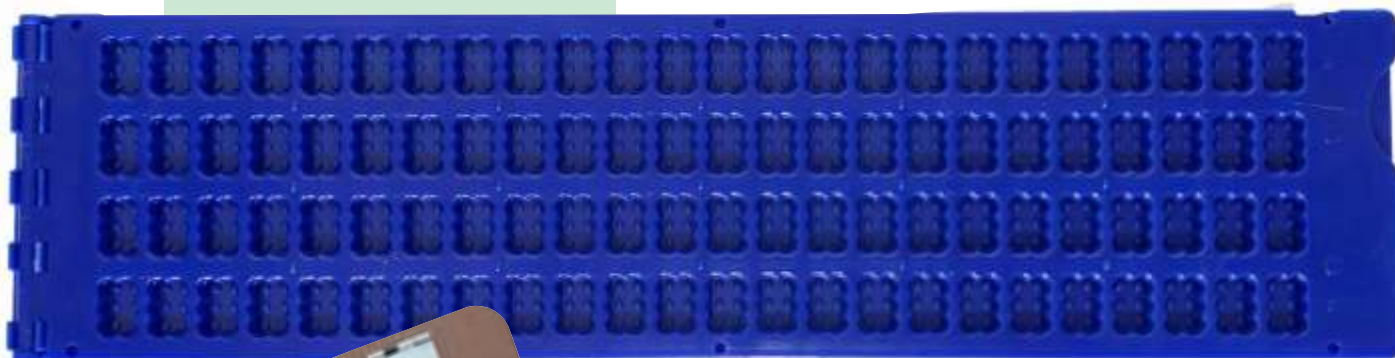
educacional especializado como terapeuta educacional, fisioterapeuta, intérpretes de LIBRAS, professores, etc.

A seguir, apresentamos alguns recursos e serviços de tecnologia assistiva utilizados pelas pessoas com deficiência visual com o recurso de descrição de imagens realizada pela

autora deste produto educacional, mesmo tendo baixa visão busca transpor melhor entendimento.


A fonte das imagens em questão é o Núcleo de Apoio à Inclusão /NAI /UFAC, encaminhadas por aquela coordenação via e-mail no mês de fevereiro de 2021:

Figuras 1 e 2 – Regletes



A imagem acima, mostra duas regletes uma na cor azul centralizada em linha horizontal ambas em bases retangulares na cor de madeira, e outra na cor prata centralizada na diagonal este recurso é utilizado para a escrita Braille realizada a mão, o papel Braille fica preso à reglete e à base semelhante a um papel A4, (caderno do cego).

Estas regletes podem ser confeccionadas em ferro ou plástico e as bases em madeira ou plástico.



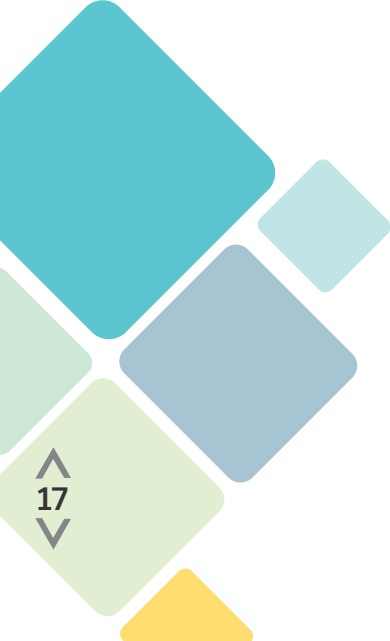
da sua condição “limitante” diante da realidade em que vivem. É relevante salientar que no contexto educacional estas práticas são frequentes e apesar da estrutura político-econômica e cultural brasileira, faz-se necessário discutir o capacitismo na escola com vistas a instigar o senso crítico-

reflexivo de modo que a sociedade alcance um nível de autoconsciência que provoque reações que possibilitem ressignificação social manifestada através das práticas educativas e convívio em comunidade Sousa Freire (2009) e Farias, (2020).

3.3 Tecnologia assistiva para deficientes visuais

Para maior compreensão destacou-se o conceito de Tecnologia Assistiva /T.A:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL - SDHPR. – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII 2009).



Galvão Filho (2009) e Bersch (2017) corroboram dizendo que a tecnologia assistiva é um campo de múltiplas possibilidades tendo por finalidade eliminar/reduzir barreiras de acessibilidade que impedem a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade, é classificada em dois grandes grupos: o de recursos que envolve artefatos desde analógicos como óculos até tecnologias de alta complexidade como sensores computadorizados, materiais adaptados conforme as especificidades do aluno PcD. E o grupo dos serviços que engloba profissionais do atendimento



Figura 3 – Célula Braille.

A imagem 3 mostra uma Célula Braille com os seis pontos em alto relevo em EVA na cor rosa numa base cor de madeira cada ponto enumerado na ordem crescente: (1, 2, 3, 4, 5 e 6), dispostos em duas colunas verticais, e três linhas horizontais, o sistema Braille compõe 63 caracteres diferentes.



Figura 04 – Punção

A ilustração acima apresenta um punção com ponta aguda em ferro e apoio normalmente em plástico nesta imagem está na cor preta e funciona para a escrita do Braille à mão na reglete (**caneta da pessoa cega**)



Figura 5: Soroban.

O Soroban demonstrado, denota uma espécie de calculadora de origem japonesa fundamental para desenvolvimento matemático dos deficientes visuais.

Possui forma retangular com 13 eixos verticais em ferro dividido por uma linha horizontal centralizada, tendo em cada eixo superior um botão neste caso, na cor marrom e na parte inferior quatro botões iguais as quais ganham significações matemáticas ao passo que são deslocadas ou fixadas no ábaco.



Figura 6 – Máquina Perkins Braille

A imagem 6 se trata de uma máquina Perkins Braille com seis teclas ou seja, a representação da Célula Braille e uma barra de espaço, é um instrumento que permite a escrita em Braille de maneira ágil esta está na cor chumbo

Abaixo expôs-se duas impressoras Braille uma mais antiga na cor branca e outra moderna nas cores preta, vermelho e teclas amarelas abastecida com papel Braille.

Figura 7 e 8 – Impressoras Braille

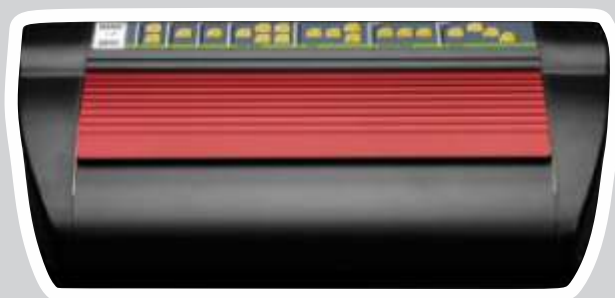


Figura 9 – Teclado Colméia

A imagem 09 traz um teclado colmeia: trata-se de um teclado de computador comum, porém, há uma cobertura em material transparente com furos que seguem o formato de cada tecla para facilitar o manuseio das pessoas com deficiência visual e com dificuldade motora. Este está em cor preta com as teclas coloridas.



Figura 10 – Dado com representação Braille

A imagem 10 refere-se a um dado na cor vermelha com representação em Braille os pontos do sistema Braille estão na cor branca.

Figura 11 – Máquina Fusora de Relevos Táteis e BRAILLE

A imagem 11 demonstra uma máquina, na cor preta este instrumento é utilizado para duplicar materiais, produzindo recursos didáticos-pedagógicos acessíveis com texturas em relevos.



Figura 12 – Bengala Flexível.

A imagem 12 é de uma bengala verde flexível, cuja cor indica que seu usuário é pessoa com baixa visão. As demais cores são adequadas aos cegos.



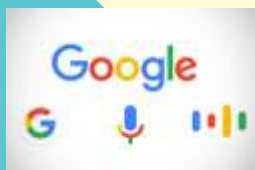


Figura 13 – Bola com Guizos

Imagem 13, uma bola com guizos para futebol de cegos nas cores branca e azul-marinho.

Figura 14 – Lupa

A imagem 14 contém uma lupa de aumento para ampliar as letras e facilitar a leitura às DV com baixa visão a mesma tem bordas pretas arredondadas com um cabo cilíndrico para o apoio da mão.



Além dos recursos de acessibilidade demonstrados, há uma infinidade de outros como leitores de textos, falas, por exemplo o DOSVOX, NVDA, leitor de pdf, Google acessível, sensores computadorizados, etc. E ainda a T.A expressa-se através dos profissionais do atendimento educacional especializado (AEE): Orientação e mobilidade para deficientes visuais, estimulação sensorial (terapeuta ocupacional e psicólogo), aula de informática acessível para DV (professor ou técnico com qualificação específica), dentre outros.

Concernente a aplicabilidade dos recursos de T.A não se restringe aos profissionais especializados ou aos educandos, mas sim, pode ser estendida a todos os educadores, partindo do princípio de que a instituição precisa ser inclusiva, e quando um docente de matemática por exemplo utiliza uma caneta para demonstrar a um aluno cego que seu formato é cilíndrico, e um caderno para representar uma geometria retangular, uma bola para representar o formato de esfera, ele estará potencializando elementos básicos em Tecnologia Assistiva e, assim, proporcionando acessibilidade curricular.

3.4 Legislação internacional e nacional voltada às pessoas com deficiência no âmbito educacional.

Só a partir do século XX, iniciou-se uma nova perspectiva no que tange a inserção social das pessoas com deficiência tendo como base a declaração dos direitos humanos promovida pela (ONU 1948), a qual tem por finalidade as garantias de direitos iguais a todos os seres humanos, assim fazendo com que os mesmos se desenvolvam em todas as áreas da vida de forma progressiva. Desde então de modo paulatino, foram criadas diversas convenções, normas, declarações, resoluções, recomendações legais sobre os direitos das pessoas com deficiência a nível internacional.

A [Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#) (ONU, 2007) trata-se de um marco

histórico-legal que muito vem contribuindo com o desenvolvimento das pessoas com deficiência, posto que o processo de inclusão passou a ter mais relevância política devido o emponderamento dos grupos socialmente excluídos, embalados pelos propósitos trazidos neste documento internacional, cujos “gritos” das vozes críticas ecoam ainda mais forte em vários países do mundo, inclusive no Brasil, suscitando respeito às diferenças, igualdade de condições com as demais pessoas, ensino acessível e de qualidade, dignidade, trabalho, autonomia, educação, acessibilidade e principalmente ressignificação social.

Convenção da Guatemala, de 28 de maio de 1999

A Convenção Interamericana teve por objetivo a eliminação de todas as formas de discriminação contra as PcD, tendo em vista que estas pessoas sofrem discriminação desde os primórdios da humanidade, tais intervenções legais contribuem fortemente no combate destas atitudes repugnantes que oprimem cotidianamente os sujeitos sociais que foge à corponormatividade discutida por Diniz (2007).

para tornar possível a vida destas pessoas na sociedade.
Na sequência listou-se as principais intervenções legais sobre os direitos das pessoas com deficiência no Estado

Brasileiro:

Constituição federativa do Brasil de 1998

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Lei de Diretrizes e bases da educação (LDB) 9394/96 Art. 58-59, reafirmam as garantias dos direitos das PcD à Educação em todos os níveis e modalidades de ensino.

Lei 10098 /2000, dispõe acerca da acessibilidade no sentido de eliminar as barreiras que impedem ou dificultam a participação equitativa dos indivíduos que não apresentam o padrão social de corponormatividade, com os demais sujeitos sociais (DINIZ, 2009).

Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008).

A partir de sua implantação, o processo de escolarização das pessoas com deficiência abarca uma reconfiguração social, cujo teor efetiva-se na inclusão das PcD primando pela escolarização nos mesmos espaços educacionais em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL (2008).

Decreto 6949 / 2009, Ratifica a convenção dos direitos da pessoa com deficiência (ONU, 2007), além disso, aponta a necessidade do desenho universal o qual sinaliza para que todos os espaços sejam planejados para adaptar-se a todas as pessoas independentemente de sua condição física, sensorial ou intelectual (BRASIL, 2009).

Decreto 6711/2011 Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Lei Brasileira de Inclusão: 13146 /2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), trata-se de uma lei que define diretrizes acerca do processo de vida cidadã das PcD em todos os âmbitos da sociedade.

Resolução ONU 37/52, de 03 de dezembro 1982

Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes. Define diretrizes para Ações Nacionais, Internacionais, Pesquisa e Controle (Participação de pessoas com deficiência na tomada de decisões, prevenção, reabilitação, ação comunitária e educação). Este programa foi uma das ações que reafirma a importância das pessoas com deficiência exercerem seus direitos e serem ativas nas decisões político-legais e de qualquer natureza que digam respeito às as mesmas.

Declaração mundial sobre Educação para todos e satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (1990), dissemina um ideário de educação como um direito coletivo pensado, desenvolvido e efetivado a partir da personificação. Com intuito de atender a pluralidade de sujeitos que fazem parte dos espaços educacionais, bem como de outros ambientes sociais.

Declaração de Salamanca, de 10 de julho de 1994

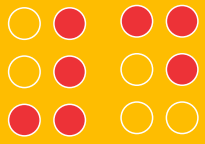
Trata-se dos princípios, política e prática em educação especial. Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas (ONU). Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências, o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Tal documento, muito vem contribuindo para ressignificação dos saberes e fazeres didático-pedagógicos no que tange o processo de ensino/aprendizagem das pessoas com deficiência, além de ser aporte para criação de outras medidas legais diante às necessidades educacionais específicas destas pessoas repercutindo positivamente no processo inclusivo em escala mundial.

No Brasil, existe um arcabouço de legislação específica para garantias dos direitos das pessoas com deficiência, o que traduz um cenário de resistência histórico-cultural contra as diversas manifestações de vida numa realidade social, nas tessituras discursivas, chega-se a impressão de que as pessoas com deficiência representam “outra sociedade, outro povo, sujeitos fora da outra parte social aceitável”. Se não fosse assim, obviamente não seriam necessárias tantas leis

Lei de cotas 13409 /2016, reserva e assegura vagas às PcD nas instituições de ensino superior, e assim objetivando reduzir as desigualdades educacionais.



Desse modo, demonstrou-se a panorâmica sobre deficiência, capacitismo Tecnologia Assistiva e os principais documentos internacionais e nacionais, cujas finalidades pautam-se em garantias dos direitos das pessoas com deficiência, visando eliminar diversas barreiras: arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, pedagógicas e tecnológicas.



4 CAPITULO II

4




4.1 O Papel da gestão institucional no processo inclusivo

Com os achados da pesquisa que culminou neste produto educacional, identificou-se que o instituto federal do Acre IFAC *Campus* Rio Branco /CRB, sendo uma instituição nova apenas com onze anos de existência já dispõe de muitos recursos e serviços de grande relevância educacional no contexto regional amazônico, ofertando Educação Básica (ensino médio integrado), cursos técnicos e Educação superior.

A autora deste recurso educacional, por ser DV, e necessitar da tecnologia assistiva e de várias adaptações de recursos e materiais didáticos, reconhece que a instituição em tela vem avançando gradativamente no que tange o processo de inclusão, fato reafirmado pela maioria dos participantes da pesquisa por outro lado, trata-se de uma temática emergencial, pois os estudantes PcD não podem esperar serem assistidos daqui a anos, já que o processo de escolarização é contínuo e progressivo, no qual as PcD devem ter acessibilidade e seus direitos efetivados assim como os demais alunos a uma educação de qualidade. CF /88 (BRASIL 2020) LDB 9394/96 e LBI (2015).

Na condição de DV usuária de recursos de tecnologia assistiva e do atendimento educacional especializado (AEE), a autora deste estudo afirma ter enfrentado muitas dificuldades durante todo o percurso do curso de mestrado, visto que os professores não possuem capacitação voltada para atender alunos PcD/DV, não recebeu o apoio de monitoria, o qual foi negado pela gestão, o NAPNE não dispõe de equipe multiprofissional, atua de modo paliativo como os demais setores, sendo permanecer no referido curso um ato de pura resiliência. Atualmente tem superado inúmeros obstáculos, principalmente na produção textual, com ajuda de alguns atos voluntários de amigos.



Diante de uma inclusão forçada, com muita teoria e pouca prática, suscita-se mudanças nas práticas educativas, nas ações interventivas do núcleo de acessibilidade, bem como de paradigmas arcaicos que insistem em desconsiderar os saberes do educando com deficiência sobre suas necessidades educacionais, o ato de silenciar suas manifestações na construção do plano de desenvolvimento institucional, agir apenas por força de lei etc. Tais fatores entravam significativamente a escolarização dos educandos em questão.

Ressalte-se que segundo informações constantes nas respostas do questionário respondido pela gestão atualmente no IFAC há alunos com deficiência em cerca de 95% dos cursos. Situação que requer um olhar reflexivo a respeito de oportunizar acesso, e proporcionar acessibilidade, é comum depararmos com esta confusão de conceitos, cujo discurso serve de pano de fundo para a omissão dos direitos das PcD, os quais deviriam ser equitativos.

Salienta-se, que as proposições aqui apresentadas visam sanar problemas existentes, constatados e discutidos no contexto pesquisado.

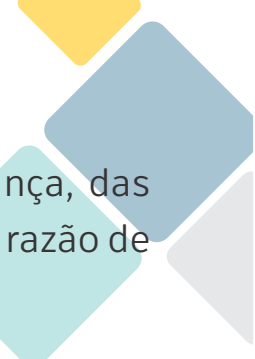
Instruções colaborativas

No sentido de contribuir com o processo de inclusão enumerou-se com base teórico-legal e metodológicas ancorada em Ferrari (2007), Mantoan (2012), Camargo (2017), Godoy (2018), CF/88, LDB 9394/96, Decreto 6949/2009, Decreto 7611/2011, LBI (2015) Lei de cotas 13409 (2016), indicadores que propõem a adoção de uma política institucional de inclusão, como objetivo de contribuir com ensino acessível, igualdade de condições entre todos os alunos com e sem deficiência.



Tomando por base que a gestão escolar tem o papel de governar/administrar/gerir o processo educacional num contexto real de múltiplas faces, sendo o gestor/diretor, responsabilizado pelo todo, todavia, tal processo deve ocorrer articulado entre todos os setores da instituição, haja vista a complexidade frente a exequibilidade das ações necessárias no sentido de trabalhar em numa perspectiva inclusiva. Godoy (2018).

E em se tratando do contexto educacional analisado e discutido durante a pesquisa a qual este produto está vinculado, a gestão foi pouco participativa apenas dois gestores responderam o questionário da referida pesquisa, sendo de grande relevância que todos os gestores contatados tivessem participado, dada a complexidade de se construir um ambiente inclusivo ao se deparar com as adversidades existentes, tanto do ponto de vista financeiro, quanto ao enfrentamento às barreiras atitudinais, comunicacionais, pedagógicas e tecnológicas. E os dois participantes em certa medida refutam os resultados das demais etapas da pesquisa. Narrando uma inclusão excelente que os esforços institucionais são penosos e que fazem o máximo para manterem o IFAC “inclusivo”. A gestão precisa descer do “pedestal” para poder compreender que os problemas existem, são de difícil resolução, e carecem que a instituição intervenha da seguinte maneira:



- 
- I** - Refletir sobre separar o poder político dos cargos de confiança, das necessidades do alunado com deficiência, pondo em prática a razão de ser do servidor público, neste caso, regido pela lei 8112 /1990.
 - II** - Tomar posição sobre construir uma instituição inclusiva de acordo com a legislação vigente.
 - III** - Estabelecer conexão entre todos os setores quanto a promoção de acessibilidade, de modo efetivo intuito de eliminar as diversas barreiras enfrentadas pelas PcD conforme ensina Ferrari (2007)
 - IV** - Trabalhar numa perspectiva do desenho universal para que todos os projetos, práticas educativas e decisões coletivas já nasçam inclusivas. Decreto 6949 (BRASIL, 2009).
 - V** - Criar espaços que favoreçam a interação social dos educandos com e sem deficiência para além da sala de aula, pois em muitos casos a sala de aula torna-se um lugar mais de integração do que inclusão.



- 
- VI** - Executar as políticas educacionais de inclusão regulamentadas por legislação específica e praticar ações cabíveis à gestão institucional afim de garantir participação e adaptações necessárias ao ensino/aprendizagem dos estudantes PcD /DV conforme o Decreto 7611 (BRASIL, 2011).
- VII** - Fortalecer o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), com equipe multiprofissional (psicólogo, pedagogo, assistente social técnico em assuntos educacionais, terapeuta, e professores especialista no âmbito da inclusão) para atuar em conjunto com os professores, alunos com e sem deficiência e demais setores. Fuldamental destacar que todos os profissionais da equipe especializada precisam ter formação específica em Educação Especial na perspectiva inclusiva para uma atuação efetiva em busca de uma educação equitativa.
- VIII** - Disponibilizar um laboratório de tecnologia assistiva para viabilizar acessibilidade tecnológica destes discentes, o que facilitará a produção de materiais didático-pedagógicos acessíveis dentre outras vantagens como a inclusão digital daqueles discentes que ainda não dominam o uso da Tecnologia Assistiva, visando maior acessibilidade ao ensino/aprendizagem. Cabe lembra que este laboratório não necessita de um prédio, apenas de uma sala com equipamentos tecnológicos e profissionais especializados.
- 

IX - Pôr a temática **inclusão, no rol** das discussões transversais, a qual deve ser trabalhada em todos os níveis e modalidades de ensino de forma continuada, posto que um ambiente escolar é lugar de diversidade, onde necessariamente ocorre **troca de saberes e práticas** LDB 9394;96, Freire (2009), e Fernandes (2012).

VII - X - Designar profissionais capacitados (professores e técnicos (pedagogo e técnico em assuntos educacionais assistente social e psicólogo) com formação específica no âmbito da Educação Especial na Perspectiva inclusiva para elaborar e executar formação contínua de professores para lidar com educandos PcD. Lançando mão de recursos, serviços, estratégias e principalmente de prática. Junto aos discentes PcD construindo relações favoráveis ao ensino acessível.

XI - A reitoria precisa criar uma sala de escuta humanizada tanto para os educandos PcD quanto para outros que fazem parte dos grupos socialmente excluídos, (Homossexuais, transexuais, pessoas pretas, indígenas etc), pois sentimo-nos muitas vezes desamparados sem qualquer abertura para expor diretamente as necessidades que demandam intervenção da gestão.

Situação sentida na pele pela autora deste material colaborativo, quando requereu o serviço de monitoria para lhe auxiliar com as atividades do mestrado no que se refere a acessibilidade digital, o qual foi negado e em nem um momento a mesma teve a segurança se a gestão estava sendo esclarecida de sua real necessidade.

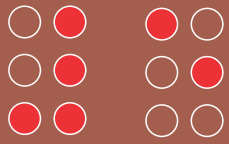
XII - Disponibilizar serviço de monitoria e recursos adaptados a partir das dificuldades dos discentes PcD e não a partir do grau da deficiência.

XIII - Estimular o senso crítico-reflexivo na comunidade escolar; realizar entrevistas através de equipe multiprofissional com aqueles (as) servidores (as) que estão e ou serão lotados no núcleo de acessibilidade, pois precisa ter perfil condizente com o trabalho a ser desenvolvido, é perceptível que certas pessoas que gerem ou atuam nestes setores sequer têm empatia e respeito para com as PcD.

XIV - Exigir que todos os professores participem da formação permanente, por uma instituição inclusiva.



Os indicadores acima, pautam-se na realidade enfrentada pelos alunos com deficiência, posto que apesar das ações voltadas às PcD, como a existência do NAPNE, as vagas reservadas para ingresso nos cursos, interesse de alguns docentes na temática inclusão, aceitação por grande parte do alunado para com a PcD/DV, ainda há muitas barreiras a serem eliminadas.



5 CAPITULO III

5



5.1 - Discussão reflexiva direcionada ao NAPNE

Esta proposta de metodologias a serem adotadas frente ao acompanhamento dos discentes com deficiência visual ancora-se no resultado da pesquisa de mestrado em discussão, buscando dentro das possibilidades funcionais deste núcleo um melhor atendimento educacional especializado.

O NAPNE dispõe apenas de dois profissionais na área da deficiência visual no cargo de revisor Braille. O que esperar além das adaptações técnicas inerentes às atribuições do cargo?

Os docentes expuseram que há morosidade na entrega dos materiais adaptados, além de terem que requerer ao núcleo com antecedência média de 15 dias, isto por que no *Campus* Rio Branco só há atualmente três alunos DV os quais utilizam adaptações, sendo apenas um usuário do método Braille.

O NAPNE agrega professores colaboradores com carga horária disponível para atuar no NAPNE. Qual o sentido de lotar pessoas sem formação específica para contribuir de fato com a inclusão?

O IFAC por meio de resolução ampliou as atribuições dos servidores tradutores intérpretes de LIBRAS os quais ficaram sobrecarregados, sendo que não estão legalmente aptos a atender outras deficiências além da surdez, tudo para disfarçar a precariedade dos serviços ofertados e com isso não contratar uma equipe especializada (multiprofissional) para trabalhar de forma efetiva com o compromisso que exige o processo de inclusão, sendo conivente com a continuidade da precariedade inclusiva, a gestão do IFAC e a coordenação do NAPNE.

Nada aqui discutido, trata-se de achismo ou críticas vazias, mas sim de uma realidade estampada na vida das pessoas com deficiência, fundamentadas nos achados da pesquisa e vivenciadas pelos participantes PcD /DV.

5.2 - Indicadores de inclusão exequíveis pelo NAPNE que certamente auxiliarão os educandos com deficiência visual

I- Não confundir descaso com autonomia, pois os discursos inclusivistas sustentam-se no antiassistencialismo, na “autonomia”, em tratar os DV como iguais nas necessidades educacionais específicas. É comum, encontrar cegos “babatando” Tateando nos corredores das instituições de ensino, com expressão de espanto, insegurança, e batendo bengala nas aglomerações de pessoas entre outras situações, os profissionais da inclusão, chamam isto de autonomia. A referida mestrandia chama de descaso, autonomia seria se as pessoas tivessem respeito pelo espaço de circulação e o próprio cego se sentisse seguro ao caminhar.



II - O gestor/coordenador (a) não ser omissos ao se deparar com os desafios e dificuldades dos estudantes PcD/DV para manter o cargo de confiança.

III - Antes de iniciar o ano letivo requerer uma formação para os servidores do NAPNE com profissionais experientes em inclusão, psicólogo, assistente social e pedagogo de outras instituições, cada um destes profissionais em dias ou horários diferentes, tendo como foco o preparo profissional no sentido de ofertar um atendimento de qualidade tanto para as PcD quanto para os professores.

Sugere-se para esta formação:

PSICÓLOGO: orientar sobre acolhimento, empatia, alteridade, solidariedade, respeito às diferenças e senso de pertencimento, silenciamento, capacitismo, e invisibilidade das pessoas com deficiência. A autora deste recurso educacional também sujeito da pesquisa ante relatos de outros participantes PcD que sofrem preconceito e discriminação entende que se faz necessário um repensar acerca dos corpos que não atendem o padrão de corponormatividade. A mesma explicita que foi recebida no NAPNE por gargalhadas de uma intérprete de LIBRAS, ironizada por olhares e atitudes de desdenho, inadequadas principalmente para um setor que em tese defende as pessoas com deficiência.

PROFISSIONAIS COM EXPERIÊNCIA EM INCLUSÃO: Apontar caminhos para viabilizar o ensino/aprendizagem discutindo experiências exitosas e frustradas para balizar a necessidade de pesquisas, senso reflexivo, estratégias e técnicas de abordagens etc.

ASSISTENTE SOCIAL: Orientar sobre os direitos dos educandos com deficiência no âmbito educacional e como a instituição por meio do NAPNE e de outros setores devem replicar tais orientações e pôr em prática as garantias destes direitos.

Um exemplo da urgência da efetivação das garantias legais às PcD é que a referida mulher DV está sendo elidida do apoio de monitoria dentre outras questões de acessibilidade.

PEDAGOGO: Discutir sobre recursos de tecnologia assistiva, estratégias de abordagem com professores e alunos e demais grupos que compõem a comunidade escolar e projetos que favoreçam o processo de inclusão.


Essa intervenção colaborativa por parte do núcleo de acessibilidade fez muita falta na turma da pesquisadora em tela, pois havia duas pessoas com cegueira legal e baixa visão do ponto de vista educacional, os docentes do mestrado não receberam formação específica, e o NAPNE nunca visitou a turma sequer para prestar esclarecimentos.

As adaptações devem partir do específico para o geral e não o inverso como acontece em grande parte dos casos, não é por que um texto está no formato Word que será acessível igual a todos os alunos com DV etc. Por se tratar de uma instituição de ensino médio e superior, os discentes devem ser consultados sobre suas necessidades adaptativas e não, seguir um padrão de acessibilidade.



Não é por que o discente é cego que seu único meio de acessar os conteúdos curriculares seja o Método Braille. Sendo que há outras formas de aprender, cabe ao sujeito eleger as tecnologias assistivas que melhor lhe atenderem de modo mais confortável. A exemplo, a mestranda DV que escreve passou mais de um mês recebendo texto no formato txt, talvez porque seu colega DV utiliza txt, sendo que o texto em pdf que ela usa prioritariamente os docentes enviavam ao restante da turma coisa que não precisava do NAPNE era só os docentes incluí-la para receber em pdf como ocorreu após a mesma conversar com os professores, pois mesmo o NAPNE tendo ciência ainda insistia enviando em txt.

- O NAPNE deve identificar junto ao educando recursos e serviços que são necessários da ciência das necessidades adaptativas do aluno aos professores, porém não interromper o ciclo: aluno/professor/NAPNE, pois estes alunos sabem falar por si, tem direitos às adaptações de acordo com suas necessidades educacionais específicas, além disso são colaboradores potenciais na organização e elaboração dos recursos e serviços especializados.



A exemplo desta quebra de ciclo é que houve uma situação de desconforto entre a pesquisadora, o NAPNE e a coordenação do mestrado porque a educanda solicitou que o modelo de dissertação fosse adaptado em tópicos práticos sem instruções extras como as normas da ABNT, cor da capa do trabalho, etc, pois muitas informações lhe atrapalham na hora de escrever. Foi um desgaste porque o NAPNE na pessoa do atual coordenador disse que ela “estaria pedindo coisas demais que o núcleo não teria condições de fazer e que o modelo já estava adequado”, a coordenação do mestrado por sua vez, relatou que a referida mestranda “estaria propondo não seguir as normas da ABNT”, ou seja, são nas pequenas coisas que se instalam as barreiras atitudinais, não foi solicitado nada além do que a legislação garante, porém, foi rechaçada por quem deveria incluir.

Depois da reunião desnecessária com os “detentores dos saberes sobre inclusão” na semana seguinte o modelo foi reduzido ao sumário como fora solicitado.

- O NAPNE precisa assim que identificar que o IFAC matriculou um estudante PcD/DV reunir com os professores que irão lecionar na turma com este estudante passar orientações gerais, e iniciar uma formação continuada posteriormente realizar escuta com o discente PcD/DV, apresentar os recursos e serviços de apoio para que o educando escolha os de sua preferência;

-identificar as dificuldades de acessibilidade do aluno;

-Ir corriqueiramente à coordenação do curso e na turma conversar com os professores e discentes PcD /DV;

- Se autorizado pelos discentes PcD, passar informes nas turmas sobre bolsas de monitoria, orientações gerais sobre combater ações geradoras de exclusão *Buling*, apelidos em detrimento da deficiência, rejeição em comunicar-se ou fazer atividades com a PcD /DV, que os colegas normovisuais não devem passar informações inverídicas para DV tipo: o prédio está incendiando, há um abismo à tua frente, etc), bem como aquelas que promovem respeito e solidariedade.

-Reunir com coordenações de cursos e professores para resolver os problemas reclamados pelos educandos PcD/DV.

-Estabelecer interação com todos os setores da instituição;

-Elaborar/disponibilizar materiais adaptados a partir da personificação em parceria com os docentes e a PcD a que se destina tais adaptações;



- No formato do ensino remoto, contactar o educando PcD/DV para auxiliá-lo principalmente com o uso da tecnologia assistiva (acessibilidade digital);

- Participar junto aos discentes PcD/DV e docentes sobre quais estratégias, métodos, técnicas, recursos e serviços serão mais eficazes, destaca-se que no caso das

pessoas com deficiência visual o ensino presencial já se torna complexo, e no formato remoto isso ainda se agrava significativamente. Cabe destacar que o uso das metodologias ativas vem sendo crescente nesta modalidade de ensino, contudo para as DV precisa-se de um olhar diferenciado, pois ensino híbrido é bem mais que uma parte offline e outra online conforme Mendes (2020), suscitando intervenção profissional capaz de articular o ensino com a realidade dos mesmos propiciando ambientes virtuais em contexto concreto orientando os docentes a lançarem mão do uso adequado de metodologias ativas com viés de instigar no aluno mais autonomia e protagonismo no seu próprio aprendizado conforme ensina Moran (2015).




- Capacitar os estudantes PcD/DV ao uso dos recursos tecnológicos no contra turno do aluno;
- Reavaliar as ações inclusivas como a oferta de cursos e outras medidas que não tão sendo eficazes;
- Não confundir formação contínua de professores com eventos pontuais como a jornada inclusiva, seminários sobre inclusão, oficinas teóricas esporádicas;
- Ofertar formação docente por profissionais especializados em cada área de deficiência, cujas atribuições dos cargos efetivos destes servidores sejam compatíveis com o grau de complexidade e responsabilidade que exige uma formação de qualidade;

Esta formação pode ocorrer por diversas maneiras: coletivamente, individual, uma parte presencial outra remotamente, grupos de professores por áreas afins, por cursos, priorizando professores que atuam com PcD /DV traçando estratégias de modo a alcançar gradativamente todos os professores. Em vários formatos: oficinas, videoconferências, palestras, roda dialógica, troca de mensagem coletiva ou individual, participação junto às turmas com PcD /DV nas primeiras semanas que estes educando chega à instituição dentre outras. Envolver os educandos PcD no processo formativo dos professores, no sentido de contribuir com as práticas educativas cotidianas, pois quem não vivencia a Deficiência, quando muito aproxima-se desta realidade é por amor ao próximo ou por imaginação.

Um exemplo prático de aprender fazendo junto é criando um grupo de WhatsApp com aqueles professores que têm discentes DV administrado e orientado por um docente com formação específica na área da deficiência visual para que haja troca de experiências à luz de uma orientação adequada. Isso pode ser estendido aos outros tipos de deficiência.

Esta sugestão de compartilhamento de experiências é oriunda das discussões do grupo focal da parte dos professores, que já tem alguma experiência com alunos DV, o



estreitamento sobre a temática deficiência visual certamente ampliará o conhecimento dos professores e como resultado os DV receberão um ensino bem mais acessível.

Os conteúdos e práticas devem ser selecionados de acordo com a deficiência e a realidade do contexto em que se encontra determinado grupo social PcD /DV;

A formação permanente de professores de que trata Paulo Freire (2009), vai além de rituais que acontecem sempre sistematicamente, mas alcança dimensões maiores que requer ética, responsabilidade, pesquisa, amor, respeito e dialogicidade, tanto, para os sujeitos que “mediam o processo formativo, quanto pelos que recebem a capacitação.


- Orientar as PcD /DV exporem suas dificuldades educacionais, arquitetônicas, tecnológicas, comunicacionais dentre outras;

- Se o estudante PcD estiver sem conseguir seguir numa disciplina, atividade, conclusão de curso, cabe o NAPNE e professores em colaboração mútua auxiliá-lo para que alcance êxito.

- Realizar formação de monitores para auxiliar os discentes PcD /DV, posto que se trata de estudantes inexperientes que acabam por não apoiar o monitorado da maneira correta;

- Junto à gestão criar bolsas estudantis para tutoria com o público-alvo da Educação Especial que apresentam déficit de aprendizagem em todos os conteúdos ou a partir de uma das disciplinas. Os critérios que definem quais educandos precisam deste reforço no contra turno são estipulados pela equipe multiprofissional do núcleo de acessibilidade, normalmente os colaboradores são pessoas que estão no mesmo curso da PcD, porém em períodos a frente que tenha baixa renda e excelente avaliação no curso.

- O NAPNE precisa dispor de bolsistas leitor/transcritor e ofertar capacitação para tanto, pois nos cursos, cujas avaliações na maioria dos casos são provas escritas e com produção textual, sendo o monitor prejudicado porque terá



que fazer a avaliação e ler e escrever para o monitorado cego ou baixa visão quando este DV consegue ter o serviço de monitoria, e aqueles que não dispõem deste serviço?

Salienta-se que realizar prova em Braille é uma escolha da pessoa cega, mas é um processo lento e cansativo, sendo normalmente substituído pelo leitor/transcritor. Cabe lembrar que as pessoas com deficiência visual têm o direito de realizar provas em um local adequado (sem barulho e confortável para não ser prejudicadas devido os ruídos no ambiente, haja vista que sua audição é um dos meios mais significativo de conexão com o mundo) Este direito está posto pelo decreto 7611/2011, quando afirma que o atendimento educacional especializado deve disponibilizar adaptabilidades específicas, com vistas a equidade de condições.

Estas estratégias já ocorrem em várias instituições de ensino, inclusive na Universidade federal do Acre/UFAC e vem apresentando resultados significativos.

- Para haver inclusão na prática os Núcleos de acessibilidade precisam abandonar o discurso de que o aluno com deficiência é do professor ou da instituição menos deles. Ao invés disso assumir seu papel interventivo no processo inclusivo.

-Se o aluno é de “todo mundo” menos dos setores consultivos, integradores da inclusão, Qual o sentido destes núcleos?

- Por que buscar culpados para os fracassos ao invés de atuar efetivamente afim de resolução dos problemas enfrentados por estes alunos?

Por que não parar de pregar que são 'só apoio' e assumir de frente seu papel institucional?



Assim, espera-se que os indicadores de inclusão aqui apresentados, influenciem positivamente na realidade vivenciada pelas pessoas com deficiência na instituição como um todo no sentido de ressignificar e construir um ambiente inclusivo e acolhedor, não só para as PcD, mas também aos demais estudantes.

5.3 Metodologias instrucionais para docentes:

Indicadores para a Educação Inclusiva, construindo saberes e práticas acessíveis

O relatório para a Unesco feito pela Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI apresenta quatro pilares sobre os quais a educação deve se firmar:

- Aprender a conhecer;
- Aprender a fazer;
- Aprender a conviver;
- E aprender a ser.

Diante de uma realidade formativa que não habilita o fazer docente com todos os alunos de fato, durante o processo de escolarização como deveria ser do ensino fundamental ao mais elevado nível de escolarização, Este déficit formativo denota a realidade dos educadores (as) brasileiros (as), com advento da Educação Inclusiva regulamentada nos últimos anos, houve múltiplas reações das próprias PcD que teriam que enfrentar o “novo”, dos educadores, dentre os quais muitos resistiram ao processo de inclusão das PcD e os sistemas educacionais tiveram que reinventar-se para dar suporte institucional, ainda assim, isso não exime os docentes de aprender a conhecer seus estudantes, aprender a fazer junto com eles práticas educativas colaborativas, aprender a conviver com as diferenças em prol da igualdade e aprender a ser por excelência, mediadores do conhecimento, contribuindo o desenvolvimento dos discentes na sua completude.

A falta de formação destes educadores no âmbito da inclusão reflete nos desafios enfrentados pelos próprios educadores e principalmente nas barreiras impostas aos educandos com deficiência.

Não obstante, tal situação se faz presente na imensa maioria dos espaços educacionais, já que a cultura capacitista excludente estigmatiza e aliena a sociedade quase que na sua totalidade.

Sendo necessário que a Educação Inclusiva seja efetivada num processo de colaboração mútua Ferrari (2007) e Camargo (2017) a Educação um direito de todos CF/88 art. 2007(BRASIL 2020), cabe o Estado e as instituições de ensino e a família proporcionarem aos discentes com e sem deficiência condições de acesso, permanência e conclusão de sua escolarização em todos os níveis e modalidades de ensino.

A base Nacional Comum Curricular (2018), embora não tenha discutido a problemática da inclusão das pessoas com deficiência, mostra-se um relevante documento norteador do ensino/aprendizagem, posto que enfatiza a importância de que todos os educandos sejam estimulados a se desenvolverem em todas as áreas de suas vidas, cuja escola deve ser um ambiente multicultural, onde os sujeitos envolvidos possam por meio da educação alcançarem um nível crítico-reflexivo que os tornem capazes de transformação social em si e nas comunidades em que vivem,

Professores (as) os senhores (as) para ofertarem um ensino acessível devem pôr em prática as seguintes proposições

- Buscar uma capacitação além da graduação (licenciatura) voltada aos alunos PcD /DV, pois a falta desta formação específica aumenta os desafios dos docente e principalmente dos educandos com deficiência, fato relatado nos dados pesquisados e reafirmado por pelos dois discentes DV na turma do mestrado que culminou neste produto educacional.
- Tratar todos os alunos de forma igual sem com isso ignorar as necessidades educacionais específicas dos estudantes PcD/DV
- Falar diretamente com a PcD, mesmo que seja no caso dela ser surda, peça ao intérprete de Libras para mediar a interação, visto que ninguém consegue “dizer o discurso alheio”.



- Quando não possuir conhecimento sobre como lidar com as especificidades educacionais inerentes a cada deficiência, procurar estudar sobre, conversar com profissionais que tenha experiência e principalmente buscar formação contínua junto ao NAPNE e se o NAPNE não tiver profissionais especializados para tanto, requerer à gestão superior este suporte adequado e necessário.
- Criar uma relação de parceria com toda turma, buscando igualdade de condições entre todos os discentes, sendo um passo relevante para a não exclusão das pessoas com deficiência.
- Não pôr enfoque na deficiência, trabalhar numa perspectiva inclusiva de respeito a pessoa humana que não apresenta o padrão de corponormatividade conforme, Diniz (2007).



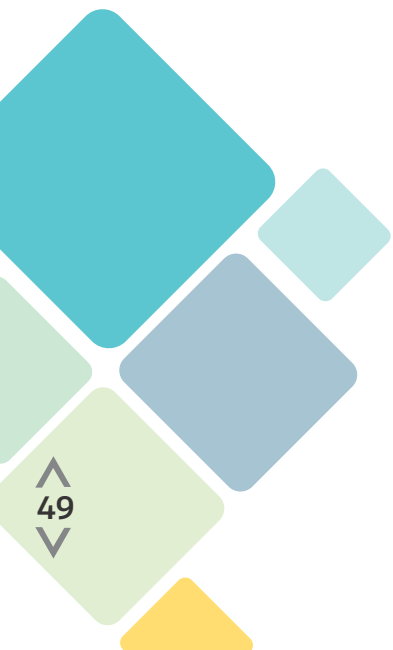
- Para os educandos DV é muito importante o recurso de áudio-descrição, normalmente efetivado pelo áudio-descritor contudo, estes profissionais são de extrema escassez nas escolas brasileiras, além disso, não há obrigatoriedade legal destes profissionais, cabendo ao docente por meio de capacitação específica lançar mão de tal recurso, o qual facilita a compreensão dos discentes sem deficiência e torna possível o entendimento do conteúdo aos DV quando se tratar de imagens, tabelas, gráficos, ambientes, direção, distância, horizontalidade e verticalidade, cores, tamanhos etc.



- Flexibilizar o currículo no sentido de abranger todos os alunos, desenvolvendo atividades que favoreçam a participação efetiva de todos de modo que as DV não sejam penalizadas pelo senso de incapacidade socialmente construído.
- Estimular a percepção da pessoa com deficiência através de materiais didático-pedagógicos, com diversas texturas, tamanhos, cores, formatos etc. Experimentando junto, bem como levar os demais colegas a experienciar por meio de vendas nos olhos a sensação de enxergar pouco ou nada, visando desenvolver o senso de alteridade.



- Não ser um propagador do capacitismo: pondo a PcD como referência positiva ou negativa (super-heróis ou coitados), tendo em vista que não é a deficiência que define as pessoas, mas sim as atitudes da sociedade. BRASIL 2009).
- Antes de chamar o discente DV de preguiçoso por que dorme na sala, observar possíveis razões, pode fazer uso de medicamentos para dormir, sua aula não está sendo acessível etc. Por isso é importante conversar com o mesmo para verificar o que de fato está acontecendo para não cair nas armadilhas do senso comum, afinal os professores são formadores de ideários e opiniões por natureza.
- Despir-se do discurso do não conhecimento específico, da incapacidade natural (antes de tentar), da culpabilização setorial, das expressões “a bomba caiu na minha mão”, “a bucha sobrou para mim”, “sou obrigado passar por isso por que preciso do emprego”, “tem um ceguinho na turma”, “ele é doidim”, “tô ferrado sem saber o que fazer com aquele olho torto na sala”, “cada um com sua cruz”, etc. Não esqueçam que tais atitudes configura-se em discriminação.



- Solicitar ajuda de um professor especialista ou com formação básica quando for o caso para auxiliar no processo de ensino/aprendizagem do educando PcD durante ministração das aulas conforme o decreto 7611/2011.
- Toda vez que o professor utilizar filmes, documentários, vídeos etc, em sala de aula, deve sempre observar se estas mídias estão acessíveis, pois um filme legendado por exemplo se o educando DV não souber o idioma da narrativa, ele fica totalmente desassistido.
- Abordar as pessoas DV calmamente se não souber seus nomes perguntar se elas precisam de ajuda, tocá-las devagar estabelecendo comunicação também por fala.
- Garantir que os discentes DV façam as avaliações em uma sala reservada com leitor/transcritor podendo ser monitorada pelo próprio professor ou pela coordenação do curso ou ainda se em dias diferentes daquele em que a avaliação seja aplicada ao restante da turma poderá ser acompanhada por bolsistas dos professores. Tudo para atender as necessidades educacionais específicas dos mesmos.
- Compreender que independentemente de serem pessoas com deficiência visual, cada uma é única, com ritmos de aprendizagem diferentes, não sendo interessante pensar os mesmos recursos, serviços e estratégias iguais e ainda ter o cuidado de não lançar mão da prática de equiparar todos na forma de ensinar e comparar os níveis de assimilação destes, como se fossem robôs fotocopiadores.
- Acompanhar e avaliar o processo de ensino/aprendizagem destes educando de muitas maneiras como por exemplos: Observação ante a participação oral, resolução das atividades, potencialidades demonstradas como discursiva, descritiva, contextualização da realidade concreta e abstrata, dentre outras.

O estudante cego ou baixa visão pode não dominar o sistema Braille, ou não utilizá-lo, não ler a tinta ou escrever à mão, porém isto não o impede de desenvolver seu aprendizado de forma diferente como as possibilidades a seguir:

- Utilizar leitores de textos no computador
- Ouvir a leitura feita pelo aluno/monitor
- Por meio da leitura compartilhada pela turma
- Produzindo texto oral, podendo ser transcrito pelo monitor
- Dialogando com seu professor sobre o conteúdo trabalhado
- Por gravação de áudio explicando sobre o que aprendeu
- Por chamada de Vídeo com o docente discutindo tópicos temáticos trabalhados
- Descrevendo elementos palpáveis relacionados às atividades desenvolvidas pela turma
- Relacionando o conteúdo, objeto de avaliação com sua zona de interesse, (música, jogo, cinema e outras), para tornar o assunto mais envolvente
- Por fim, demonstrar a toda turma que é na multiculturalidade/diversidade que se é possível construir uma sociedade mais solidária e menos excludente.

6 Considerações finais

Em decorrência dos achados da pesquisa em discussão, percebeu-se que o processo de inclusão das pessoas com deficiência no Instituto Federal do Acre *Campus* Rio Branco, ainda requer muitas intervenções voltadas para o aperfeiçoamento das práticas educativas, no sentido da oferta de um ensino acessível e que para isso ocorrer de fato, a instituição precisa tomar iniciativas reais condizentes com os desafios a serem enfrentados.

Com intuito de colaborar na construção do ensino/aprendizagem dos educandos PcD/DV, elaborou-se este produto educacional que objetiva além de apresentar indicadores de inclusão, um viés crítico-reflexivo da realidade vivenciada por estas pessoas, também busca chamar a atenção para diversos entraves presentes na escolarização e na vida como um todo, como o capacitismo, a falta de políticas públicas e o silenciamento, tudo isso ocorre nas tessitura do currículo oculto.

Para se construir um espaço educacional inclusivo, faz-se necessário um repensar social, outros saberes e práticas, novas perspectivas formadoras, ressignificação social, reconfiguração institucional. Para que haja quebra de paradigmas seculares como o capacitismo, minoração dos sujeitos PcD, requer mudanças de posturas, não trata-se de uma tarefa fácil, porém imprescindível na caminhada de um devir social mais humano no qual o respeito seja o princípio da igualdade constituída a partir das diferenças.

7 REFERÊNCIAS

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Versão Comentada – . Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional .para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL (2016). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 2001.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

BRASIL. (2008). **Ministério da Educação**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, janeiro de 2008.

BRASIL. (2016). Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, **para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino**. **Presidência da república. Secretária-geral**. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015; 194º da Independência e 147º da República. Brasília, 28 de dezembro de 2016.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. **Ministério da Educação; Secretaria Executiva; Secretaria de Educação Básica; Conselho Nacional de Educação**. Brasília, 2018.

BRASIL. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 17 de novembro de 2011.

BRASIL. Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20072010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso: 04out. 2019.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm. Acesso em 01 de novembro de 2020.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 17 de março /2021.

CAMARGO, E. P. (2017). **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial:** enlaces e desenlaces. Ciência e Educação, Bauru, v. 23, n. 1 Bauru Jan/Mar. 2017. Disponível em :<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=en&nrm=iso>

Carta para o Terceiro Milênio. Estabelece medidas para proteger os direitos das pessoas com deficiência mediante o apoio ao pleno empoderamento e inclusão em todos os aspectos da vida. Assembléia Governativa da Rehabilitation International, em Londres, Grã-Bretanha, 1999.

Convenção OIT 168, de 01 de junho de 1988 Relativa à promoção do emprego e proteção contra o desemprego. Brasil ratificou: Decreto 2.682, de 21 de julho de 1998.

Convenção OIT 159, de 20 de junho de 1983. Trata sobre Reabilitação Profissional e Emprego de pessoas deficientes. Estabelece princípios e ações para as políticas nacionais de reabilitação profissional e de emprego de pessoas com deficiência. Brasil ratificou: Decreto n.º 129, de 22 de maio de 1991.

Convenção OIT 111, de 25 de junho de 1958. Sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão. Proíbe qualquer discriminação no tocante salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência. Convenção ratificada pelo Brasil: Decreto n.º 62.150, de 19 de janeiro de 1968.

Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo : Brasiliense, 2012.

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 04 mar. 2021.

FERRARI, Marian and SEKKEL, Marie Claire. **Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2007, vol.27, n.4, pp.636-647.

FERREIRA NETTO. L. R. (2018) Barreiras Atitudinais. **Site Info Escola**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/barreiras-atitudinais/>. Acessado em: 17 mar. 2021.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia - **Saberes Necessários à Prática Educativa**. Editora Paz e Terra. Coleção Saberes. 2009. 36ª Edição.

GALVÃO FILHO, T. A. **A Tecnologia Assistiva**: de que se trata? In: MACHADO,

G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade**. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.


GIMENO SACRISTÁN, José (Org.). **Saberes e incertezas do currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GODOY, Elis Regina dos Santos. **Gestão escolar e os processos de inclusão na escola comum**: um estudo comparado internacional. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Protocolos sobre educação inclusiva durante a pandemia da Covid-19**. Disponível em: <https://fundacaogrupovw.org.br/wp-content/uploads/2020/07/protocolos-educacao-inclusiva-durante-pandemia.pdf>. Acesso em 16 de dezembro de 2020.

LIMA, Êttore de. **O limite entre o dever do cargo público e a liberdade da vida privada do servidor público**. Monografia – Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

MANTOAN, M. T. E. (2012). **Escola dos diferentes ou escolas das diferenças?** Com Ciência (UNICAMP), v. 1, p. 1-3. Disponível em: < <file:///C:/Users/UFAC/Downloads/Escola-dos-diferentes-ou-escolas-das-diferen%C3%A7as-Maria-Teresa-Mantoan.pdf> >. mar. 2021.



MORAN, José. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania; aproximações jovens. Vol. II. UEPG, 2015.

Normas para equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência da ONU n.º 48/96. **Regras gerais sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiência**. Estabelece as medidas de implementação da igualdade de participação em acessibilidade, educação, emprego, renda, seguro social, etc, 1993.

ONU. **Assembleia Geral das Nações Unidas. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php>. Acesso em 1 de fevereiro 2021.

PASQUALLI, R.; VIEIRA, J. A.; CASTAMAN, A. S. Educitec, Manaus, v. 04, n. 07, p. 106-120, jun. 2018.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G. SILVA, M. A. B. V. da; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais**: proposições de um grupo de colaboradores. ACTIO, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/actio>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, ano V, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.

SOUSA, Vanessa Alves De. **Capacitismo e currículo oculto escolar: construindo relações**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59505>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2021.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

